

## **PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O USO DE PRESERVATIVOS: CONHECIMENTO, COMPORTAMENTO E CONSEQUÊNCIAS DA NÃO ADOÇÃO**

**Maria de Jesus Nobre Veira<sup>1</sup>**  
**Sofia Duarte de Araújo Veira Braga<sup>1</sup>**  
**Juliano Vieira<sup>2</sup>**

**julianoenf10@hotmail.com**

**ÁREA DO CONHECIMENTO:** Ciências da Saúde

### **RESUMO**

Este estudo, por meio de revisão bibliográfica, analisa os fatores que influenciam o uso do preservativo entre jovens, abordando aspectos relacionados à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez não planejada. A pesquisa selecionou artigos científicos, documentos oficiais e publicações institucionais, priorizando materiais recentes (2020-2025) de bases como PubMed, SciELO e BMC Public Health. Os resultados indicam que, apesar da oferta gratuita de preservativos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e das campanhas educativas, a adesão ao uso do preservativo ainda é prejudicada por fatores culturais, sociais, emocionais e educacionais. O estudo ressalta a necessidade de fortalecer políticas públicas e a educação sexual, promovendo a autonomia dos jovens e a disseminação de informações qualificadas. Conclui-se que a integração entre família, escola, serviços de saúde e sociedade civil é essencial para promover práticas sexuais seguras e reduzir índices de ISTs e gravidez precoce.

**PALAVRAS-CHAVE:** preservativo; jovens; saúde sexual; métodos contraceptivos; políticas públicas.

### **1 INTRODUÇÃO**

A sexualidade representa um componente essencial no desenvolvimento dos jovens, caracterizando-se como um período de descobertas, experimentações e construção da identidade. Entretanto, esse momento também está associado a riscos consideráveis, sobretudo quando a prática sexual ocorre sem o uso adequado de métodos de proteção.

Dentre as estratégias preventivas, o preservativo destaca-se como um dos recursos mais eficazes para evitar tanto a gravidez não planejada quanto as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Por essa razão, seu uso é amplamente recomendado por profissionais e instituições de saúde, incluindo o Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2020).

---

<sup>1</sup>Graduandos do Curso Bacharelado em Enfermagem – UNIVÉRTIX – Matipó.

<sup>2</sup>Docente, Mestrando em Educação, Enfermeiro, Especialista em Terapia Intensiva Adulto, Pediátrica e Neonatologia, Centro Universitário Vértice - Univértix, Matipó/MG.

Segundo Borges *et al.*, (2021), Apesar das recomendações e da disponibilidade dos preservativos, observa-se que muitos jovens ainda optam por não utilizá-los durante as relações sexuais. Tal comportamento suscita importantes questionamentos acerca das percepções, conhecimentos e atitudes desses indivíduos em relação aos riscos envolvidos na ausência de proteção.

Assim, compreender esses aspectos torna-se fundamental para que se possam desenvolver intervenções efetivas que promovam a adoção de práticas sexuais seguras. A adolescência é uma fase marcada por descobertas, inclusive no que diz respeito à sexualidade. Nesse contexto, torna-se essencial a adoção de práticas de prevenção contra infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez não planejada.

No entanto, apesar dos esforços em educação sexual e políticas públicas, dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar indicam que, embora o uso do preservativo masculino entre adolescentes brasileiros atinja 71,2%, a prática da dupla proteção — que associa o preservativo a outro método contraceptivo — ainda é extremamente baixa, representando apenas 3,6%. Esses dados refletem a necessidade de intensificar ações educativas e estratégias de saúde que promovam o uso adequado e constante de métodos contraceptivos, contribuindo para a saúde sexual e reprodutiva dos jovens (Brasil, 2020).

O presente estudo tem como finalidade investigar as percepções dos jovens sobre o uso de preservativos, examinando seu grau de conhecimento sobre os métodos contraceptivos disponíveis, bem como as motivações que influenciam a adesão ou a recusa ao uso desses métodos. Além disso, busca-se analisar as possíveis consequências advindas da não utilização do preservativo, considerando o contexto social, cultural e educacional que permeia essas escolhas (Castro; Rocha, 2020; Pereira; Souza, 2021).

Outro aspecto relevante é a análise do acesso dos jovens aos preservativos oferecidos gratuitamente pelo SUS e a forma como esse recurso é percebido dentro das políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva. Compreender essa dinâmica permite avaliar a eficácia das estratégias governamentais e identificar possíveis barreiras que dificultam o uso dos métodos contraceptivos (Silva; Oliveira, 2020; Felisbino-Mendes *et al.*, 2021), além de Investigar os motivos que levam os jovens a evitarem ou negligenciarem o uso do preservativo é essencial para a formulação de estratégias educativas e preventivas mais direcionadas e eficazes. Tais estratégias

precisam considerar não apenas as lacunas informacionais, mas também os fatores comportamentais, culturais e sociais que influenciam essas decisões. Dessa forma, o estudo contribuirá para a promoção de uma sexualidade mais segura, saudável e consciente entre os jovens (Da Silva *et al.*, 2022; Shahil *et al.*, 2023).

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Uso de preservativos entre jovens; comportamento e fatores influenciadores**

Entre os jovens, a utilização do preservativo revela-se fundamental para prevenir tanto as doenças sexualmente transmissíveis quanto a gravidez indesejada. Contudo, apesar do aumento da conscientização sobre a importância dessa prática, várias pesquisas apontam que muitos adolescentes ainda resistem ou não adotam o uso regular do preservativo durante as relações sexuais (Castro; Rocha, 2020; Silva; Andrade; Lima, 2020).

Essa divergência entre o conhecimento adquirido e a aplicação prática evidencia a complexidade dos múltiplos fatores que influenciam o comportamento sexual nessa fase da vida. Diversos fatores interferem na adoção do uso do preservativo pelos jovens, entre eles destacam-se as crenças culturais, a pressão exercida pelo grupo social e as percepções individuais acerca do risco e do prazer. Por exemplo, alguns adolescentes relatam que o uso do preservativo compromete a sensibilidade ou o prazer durante o ato sexual, o que pode levar à rejeição dessa prática preventiva (Borges *et al.*, 2021).

Ademais, a ausência de um diálogo aberto sobre sexualidade e a influência dos parceiros também contribuem para comportamentos de risco, dificultando a adesão constante ao uso do preservativo (Shahil *et al.*, 2023).

No entanto a educação formal e as políticas públicas desempenham papel crucial na formação do conhecimento dos jovens acerca do uso do preservativo. A eficácia das ações educativas, em termos de qualidade e abrangência, influencia diretamente a compreensão dos adolescentes sobre os benefícios da prática e sobre a importância da responsabilidade mútua na prevenção (Pereira; Suza, 2021).

Dessa forma, a insuficiência ou a ausência de educação sexual adequada pode elevar consideravelmente a probabilidade de comportamentos de risco. O fácil acesso aos preservativos, especialmente disponibilizados gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), constitui um elemento fundamental para o aumento do seu uso entre os jovens. Contudo, a percepção dos adolescentes acerca dessa oferta e a efetiva

*Anais do FAVE – Fórum Acadêmico do Centro Universitário Vértice - Univértix, Matipó, setembro, 2025.*

facilidade para obtê-los variam, indicando a existência de obstáculos que vão desde o constrangimento até a carência de informações adequadas (Silva; Oliveira, 2020; Felisbino-Mendes *et al.*, 2021).

Considerando esse contexto, torna-se essencial entender as razões que levam os jovens a escolherem utilizar ou não o preservativo, a fim de fundamentar a elaboração de estratégias públicas de saúde mais eficientes. A análise do ambiente social, cultural e educacional que influencia essas decisões pode colaborar para a diminuição dos casos de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e de gravidez precoce, promovendo, assim, uma sexualidade mais segura e consciente entre os adolescentes (Da Silva *et al.*, 2022; Lacobucci, 2024).

## **2.2 Conhecimento e acesso aos métodos contraceptivos**

O nível de conhecimento dos jovens sobre os métodos contraceptivos é decisivo para a adoção de práticas sexuais seguras e responsáveis. Apesar do aumento na disponibilidade de informações, pesquisas demonstram que ainda existem lacunas significativas na compreensão plena desses métodos, o que compromete a eficácia das ações de prevenção (Brasil, 2020; Da Silva *et al.*, 2022).

Para além do conhecimento, o acesso físico, social e psicológico aos métodos contraceptivos exerce influência determinante sobre seu uso. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece gratuitamente ou a baixo custo uma variedade de métodos, como preservativos masculinos e femininos, pílulas anticoncepcionais, entre outros. No entanto, obstáculos como estigmas sociais, receio de julgamentos, falta de privacidade e dificuldades logísticas ainda representam barreiras significativas para que os jovens façam uso efetivo desses recursos (Silva; Oliveira, 2020; Pereira; Souza, 2021).

O contexto familiar, escolar e comunitário exerce forte influência sobre o acesso e o conhecimento dos jovens em relação aos métodos contraceptivos. Ambientes que valorizam uma educação sexual aberta, inclusiva e livre de preconceitos favorecem o diálogo, o esclarecimento de dúvidas e, conseqüentemente, o uso adequado e consistente dos métodos de prevenção. (Borges *et al.*, 2021; Castro; Rocha, 2020).

Em contrapartida, locais onde prevalecem tabus, desinformação e ausência de comunicação dificultam significativamente tanto o acesso quanto a adesão dos jovens aos serviços e recursos disponíveis. Diante desse cenário, torna-se fundamental fortalecer as políticas públicas que não se limitem apenas à oferta de métodos

contraceptivos, mas que também priorizem ações de educação permanente e de suporte psicossocial voltadas aos jovens. Programas intersetoriais e integrados, que levem em consideração as especificidades culturais, sociais e econômicas da população juvenil, mostram-se mais eficazes na redução dos casos de gravidez não planejada e na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. (Felisbino-Mendes *et al.*, 2021; Shahil *et al.*, 2023).

### **2.3 O papel das políticas públicas e do SUS na prevenção**

As políticas públicas exercem papel essencial na promoção da saúde sexual e reprodutiva dos jovens, especialmente através do Sistema Único de Saúde (SUS), que assegura o acesso gratuito a preservativos e demais métodos contraceptivos. Tais iniciativas são fundamentais para a redução das taxas de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e da gravidez não planejada, além de fortalecerem a educação em saúde e o acesso contínuo a recursos e informações qualificadas (Brasil, 2021; Pereira; Souza, 2021).

Além de fornecer preservativos de forma gratuita, o Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolve campanhas educativas que visam conscientizar os jovens sobre a importância do uso correto e contínuo desse método de prevenção. Contudo, a efetividade dessas ações está diretamente vinculada à capacidade de adaptar as mensagens às diferentes realidades socioculturais dos grupos juvenis. Portanto, torna-se imprescindível que as estratégias adotadas levem em consideração as barreiras locais, culturais e sociais, garantindo, assim, maior alcance e impacto nas práticas de prevenção. (Felisbino-Mendes *et al.*, 2021; Shahil *et al.*, 2023).

Ademais, políticas públicas integradas, que articulem a educação formal, os serviços de saúde e a participação ativa da comunidade, são fundamentais para fortalecer o conhecimento e estimular a responsabilidade dos jovens quanto à prevenção. Nesse contexto, o investimento contínuo na capacitação de profissionais da saúde e de educadores é indispensável, pois possibilita a oferta de informações precisas, acessíveis e culturalmente adequadas, favorecendo, assim, a adoção de práticas sexuais mais seguras (Silva; Oliveira, 2020; Shahil *et al.*, 2023).

Apesar dos avanços conquistados, persistem desafios significativos, como a descontinuidade de programas, a escassez de recursos e as desigualdades regionais, que comprometem tanto o acesso quanto a qualidade dos serviços ofertados. Diante desse cenário, torna-se fundamental reconhecer e enfrentar essas limitações, a fim de aprimorar a efetividade das políticas públicas e ampliar a proteção da população jovem em relação à saúde sexual e reprodutiva. (Iacobucci, 2024; Castro; Rocha, 2020).

## **2.4 Consequências do não uso do preservativo: riscos para a saúde**

A ausência do uso do preservativo entre jovens está diretamente vinculada ao aumento expressivo dos riscos à saúde, especialmente no que se refere às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e à gravidez não planejada. Pesquisas indicam que a negligência nesse aspecto intensifica a vulnerabilidade desse grupo, contribuindo para o agravamento de problemas de saúde pública e afetando de maneira negativa o bem-estar físico, emocional e social dos adolescentes.

De acordo com Felisbino-Mendes *et al.* (2025), Além dos impactos imediatos, a não utilização do preservativo pode acarretar consequências de longo prazo, como a propagação de infecções que, frequentemente, são assintomáticas, dificultando o diagnóstico precoce e oportuno. Esse quadro favorece o aumento da transmissão comunitária e, conseqüentemente, gera maiores custos para o sistema de saúde. (Silva; Oliveira, 2020).

No que se refere à gravidez precoce, observa-se que ela está fortemente associada a desafios de ordem socioeconômica e educacional, afetando diretamente o desenvolvimento pessoal e a qualidade de vida dos jovens (Borges *et al.*, 2021).

## **3 METODOLOGIA**

Este estudo configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, cujo objetivo é analisar e discutir os fatores que influenciam o uso do preservativo entre jovens, com foco nas práticas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez não planejada. A revisão bibliográfica possibilita a compreensão crítica e sistemática dos conhecimentos já produzidos na literatura científica, permitindo identificar lacunas e tendências sobre o tema.

A seleção das fontes foi realizada por meio de buscas nas bases de dados eletrônicas PubMed, SciELO, BMC Public Health, Reproductive Health e documentos oficiais do MINISTÉRIO DA SAÚDE do Brasil, priorizando publicações do período entre 2020 e 2025. Foram utilizados descritores e termos de busca combinados, tais como “preservativo”, “jovens”, “saúde sexual”, “métodos contraceptivos”, “infecções sexualmente transmissíveis” e “prevenção”.

Os critérios de inclusão adotados foram: artigos científicos, manuais, relatórios e documentos oficiais publicados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, disponíveis em texto completo, que abordassem diretamente o uso do preservativo, comportamentos

sexuais de jovens, acesso a métodos contraceptivos e políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva. Foram excluídos materiais duplicados, publicações fora do período estipulado e estudos que não tratassem diretamente dos objetivos da pesquisa.

Após a busca inicial, os títulos e resumos foram analisados para verificar sua pertinência ao tema, seguidos pela leitura completa dos textos selecionados, garantindo a qualidade e relevância das fontes. A análise dos dados foi realizada por meio da síntese crítica dos conteúdos, agrupando as informações em categorias temáticas que abordaram os principais aspectos relacionados ao comportamento sexual juvenil e ao uso do preservativo.

Embora a pesquisa seja de caráter bibliográfico, observou-se a necessidade de considerar aspectos éticos relacionados ao uso das informações, garantindo a correta citação das fontes e respeitando os direitos autorais. Essa metodologia permitiu a construção de um panorama atualizado e consistente sobre o tema, contribuindo para a reflexão e proposição de estratégias mais eficazes de prevenção para a população jovem.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise da literatura revelou que, embora o uso do preservativo seja amplamente recomendado por instituições de saúde, sua adesão entre jovens ainda é insatisfatória. Estudos apontam que fatores culturais, sociais e emocionais têm impacto direto sobre as decisões dos adolescentes em relação à proteção durante as relações sexuais (Castro; Rocha, 2020; Silva; Andrade; Lima, 2020).

Além disso, a literatura destaca que a oferta gratuita de preservativos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nem sempre se traduz em acesso efetivo. Obstáculos como constrangimento, desinformação e estigmas sociais interferem negativamente na busca pelos métodos contraceptivos disponíveis. (Silva; Oliveira, 2020; Felisbino-Mendes *et al.*, 2021).

Outro ponto crítico discutido pelos autores é a lacuna na educação sexual formal. Apesar das diretrizes e políticas públicas voltadas à saúde sexual, ainda existem barreiras importantes na abordagem do tema nas escolas, o que impacta diretamente o comportamento preventivo dos jovens (Pereira; Souza, 2021; Borges *et al.*, 2021).

Estudos indicam que o comportamento sexual e a autodeclaração da orientação sexual entre a população brasileira abrangem aspectos fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde eficazes. No entanto, é importante

destacar que os jovens possuem características e vulnerabilidades específicas que demandam atenção diferenciada na formulação dessas políticas (Szwarcwald, 2023).

Por fim, os estudos também relacionam o não uso do preservativo ao aumento de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez precoce, reforçando a urgência de estratégias intersetoriais e educativas mais eficazes, que promovam a conscientização, a autonomia e o acesso seguro a métodos de proteção (Shahil *et al.*, 2023; Iacobucci, 2024).

A seguir, a Tabela 1 apresenta indicadores quantitativos sobre o uso de preservativos e a prevalência da gravidez na adolescência, extraídos de dados oficiais e estudos recentes, para complementar a análise qualitativa já discutida:

Tabela 1 - Indicadores sobre o uso de preservativos e a prevalência da gravidez na adolescência – Brasil (2009 a 2023)

Indicador	Ano	Total	Meninas	Meninos
Uso de preservativo na última relação sexual	2009	72,50%	69,10%	74,10%
Uso de preservativo na última relação sexual	2019	59,00%	53,50%	62,80%
Nascimentos entre meninas de 15 a 19 anos	2023	11,39%	-	-
Nascimentos entre meninas de 10 a 14 anos	2023	0,55%	-	-

Fonte: IBGE (PeNSE, 2009; 2019); MINISTÉRIO DA SAÚDE (DATASUS), 2023.

Os dados evidenciam não apenas uma queda significativa no uso do preservativo entre adolescentes ao longo dos anos, mas também uma diferença importante entre os sexos: as meninas apresentam menor adesão à prática, o que pode estar relacionado a desigualdades de gênero, constrangimento na negociação do uso e à ausência de uma educação sexual eficaz.

Além disso, os números expressivos de gravidez precoce registrados em 2023 reforçam a relação direta entre a falta de proteção e os desfechos negativos na saúde sexual e reprodutiva dos jovens. Esses achados, ao serem cruzados com os estudos qualitativos, confirmam que a adesão ao preservativo vai além do acesso físico. Envolve aspectos emocionais, sociais, educacionais e culturais que limitam o empoderamento dos adolescentes sobre seus próprios corpos e escolhas. Tais

evidências fortalecem o argumento de que é preciso investir não apenas em distribuição de insumos, mas também em ações integradas de educação sexual, acolhimento e promoção da autonomia juvenil (Borges *et al.*, 2021).

Tabela 2: Uso de preservativos entre adolescentes na última relação sexual - Brasil (2008-2019)

Ano	Total	Meninas (%)	Meninos (%)
2009	72,50%	69,10%	74,10%
2019	59,00%	53,50%	62,80%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (PeNSE 2009 e 2019)

A Tabela 2 demonstra uma redução significativa no uso de preservativo entre adolescentes brasileiros no período de 2009 a 2019. Nota-se que o percentual entre as meninas é consistentemente inferior ao dos meninos, o que pode indicar desigualdades de gênero, dificuldade de negociação e ausência de políticas educativas eficazes. Esses achados corroboram os dados discutidos na literatura e evidenciam a necessidade de intervenções mais efetivas na educação sexual, conforme apontam (Brasil, 2020).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise bibliográfica realizada, percebe-se que o uso do preservativo entre jovens ainda enfrenta inúmeros desafios, mesmo diante dos avanços nas políticas públicas e da oferta gratuita desse método pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A revisão evidenciou que fatores culturais, sociais, emocionais e educacionais influenciam significativamente o comportamento dos adolescentes quanto à adoção de práticas sexuais seguras. Apesar de existir um conhecimento básico sobre métodos contraceptivos, muitas vezes esse saber não se converte em ações concretas de prevenção, seja por desinformação, resistência pessoal, constrangimento ou pela influência do contexto social.

Este estudo destaca a necessidade de fortalecer as estratégias de educação sexual, tanto no ambiente escolar quanto nos serviços de saúde, promovendo uma abordagem contínua e adaptada às especificidades do público jovem. Além disso, evidencia-se a importância de ampliar o acesso a informações qualificadas, combater preconceitos e desenvolver ações integradas que fomentem a autonomia dos adolescentes em relação à sua saúde sexual e reprodutiva.

Por fim, conclui-se que o aprimoramento constante das políticas públicas é essencial, levando em consideração as demandas atuais da juventude. A cooperação entre família, escola, serviços de saúde e sociedade civil é imprescindível para consolidar uma cultura de prevenção, contribuindo de maneira efetiva para a redução das infecções sexualmente transmissíveis e das gravidezes não planejadas nessa população (Brasil, 2020).

## REFERÊNCIAS

BORGES, Ana Luiza Vilela; DUARTE, Letícia Santos; LAY, Ana Alice Rego; FUJIMORI, Elizabeth. **Correlatos individuais e de contexto do uso da pílula oral e do preservativo entre adolescentes brasileiras**. BMC Saúde da Mulher, v. 21, p. 307, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12905-021-01447-6>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Campanhas de prevenção de HIV/AIDS e métodos contraceptivos no Brasil**: manual de saúde sexual e reprodutiva para jovens. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-sexual>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de atenção integral à saúde do adolescente e jovem**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-do-adolescente>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**; Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9173-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CASTRO, Eliane Vasconcelos; ROCHA, Fernanda Rodrigues. Uso de preservativo entre adolescentes: análise das motivações e desmotivação para o seu uso. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 28, e3307, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/RFHp5RQyht7zNQnpDmpG8/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2025.

DA SILVA, Thayná Oliveira; COSTA, Vânia Silva; SOARES, Luiz Fernando; MACHADO, Lúcia Pereira. Prevalência de atividade sexual desprotegida na população brasileira e fatores associados: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, e2022234, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/HFbdLzSWhpmS5m59Ybc7XHv/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FELISBINO- MENDES, Mariana Santos; ARAÚJO, Fernanda Gontijo; OLIVEIRA, Laís Vanessa Assunção; VASCONCELOS, Nádia Machado de; VIEIRA, Maria Lúcia França Pontes; MALTA, Deborah Carvalho. Comportamentos sexuais e uso de

preservativos na população brasileira: análise da Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 27, e240015, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2024.v27/e240015/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

IACOBUCCI, Gaia. **O uso de preservativos em adolescentes caiu notavelmente desde 2014**, alerta a OMS. *BMJ*, Londres, v. 386, p. q1884, 2024. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/386/bmj.q1884>. Acesso em: 22 jun. 2025.

NOLL, Matias; NASCIMENTO, Lara Barbosa do; SILVA, Rafaela Moura; LIMA, Ricardo de Souza. Fatores associados e diferenças entre os sexos no não uso de preservativo entre adolescentes: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (**PeNSE**). **Saúde Reprodutiva**, Londres, v. 17, n. 1, p. 139, 2020. Disponível em: <https://reproductive-health-journal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12978-020-00987-8>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PEREIRA, Priscila Dias Rodrigues; SOUZA, Sandra Fernanda. Conscientização e comportamentos de prevenção ao HIV entre jovens: um estudo sobre o papel das políticas públicas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 55, n. 4, p. 102–110, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/8mvvG2zGH63LgZrtQd5nZY/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SHAHIL, Fatima; MURTHY, Anand Kumar; AKINOLA, Tunde; LI, Wei. Risky sexual behaviors and condom use among adolescents and young adults: a cross-sectional study. **BMC Public Health métodos sexuais**, Londres, v. 23, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-023-16420-1>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SZWARCWALD, Célia Landmann; PASCOS, Ana Roberta Pati; SOUZA JÚNIOR, Paulo Roberto Borges de; DAMACENA, Giseli Nogueira; CASTILHO, Euclides Ayres. Sexual behavior and self-declaration of sexual orientation among people 18–64 years in Brazil: results from the Knowledge, Attitudes, and Practices survey, 2013 and the National Health Survey, 2019. **BMC Public Health**, Londres, v. 23, e16420, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-023-16420-1>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SILVA, Elaine Duarte Rodrigues; OLIVEIRA, Ana Gabriela Alves. Acesso aos métodos contraceptivos e a utilização do preservativo: estudo com adolescentes do Sistema Único de Saúde (SUS). **Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 178–186, 2020. Disponível em: <https://www.jbds.org.br/jds/article/view/516/445>. Acesso em: 25 jul. 2025.